

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
**CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO**  
**Portaria CAGE 10, de 10 de fevereiro de 2011.**

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições conferidas pelos incisos I e VI do art. 1º do Decreto 29.526, de 27 de fevereiro de 1980, e pelos incisos V e VIII do art. 13 do Decreto 37.297, de 13 de março de 1997, e, considerando as disposições dos artigos 76 e 150 da Constituição Estadual e o artigo 55 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do Estado Rio Grande do Sul relativo ao exercício de 2010, de acordo com a Portaria 462, de 5 de agosto de 2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, com informações realizadas e registradas no Sistema de Administração Financeira do Estado – AFE pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUIZ PAULO FREITAS PINTO,**  
**Contador e Auditor-Geral do Estado.**  
**CPF – 303.175.920-68**  
**CRC/RS – 35.762**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JAN/2010 A DEZ/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS  (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.113.050.549,67	1.865.434,88
Pessoal Ativo	5.493.992.325,01	1.865.434,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.619.058.224,66	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)	565.805.762,04	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	565.805.762,04	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.547.244.787,63</b>	<b>1.865.434,88</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>9.549.110.222,51</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		20.297.846.621,21
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		47,04%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60.00%		12.178.707.972,73
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57.00%		11.569.772.574,09

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Notas:

- O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui despesas com indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial e de exercícios anteriores.
- A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
<b>1 - PODER EXECUTIVO ( 1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4 )</b>	<b>4.457.321.478,82</b>	<b>2.440.346.356,81</b>	<b>2.016.975.122,01</b>
1.1 - Administração Direta	4.369.511.335,12	2.439.591.297,30	1.929.920.037,82
1.2 - Autarquias	62.545.803,74	23.717.441,03	38.828.362,71
1.3 - Fundações	52.024.353,76	3.797.632,28	48.226.721,48
1.4 - Transferências Intragovernamentais	26.760.013,80	26.760.013,80	-
<b>2 - PODER LEGISLATIVO ( 2.1 + 2.2 )</b>	<b>5.530.052,55</b>	<b>101.391,92</b>	<b>5.428.660,63</b>
2.1 - Assembléia Legislativa	3.100.725,42	-	3.100.725,42
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	2.429.327,13	101.391,92	2.327.935,21
<b>3 - PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>502.374.134,91</b>	<b>46.671.215,54</b>	<b>455.702.919,37</b>
<b>4 - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>16.510.919,75</b>	<b>64.573,54</b>	<b>16.446.346,21</b>
<b>RECURSOS NO ATIVO VINCULADO ( I ) = ( 1 + 2 + 3 + 4 )</b>	<b>4.981.736.586,03</b>	<b>2.487.183.537,81</b>	<b>2.494.553.048,22</b>
<b>5 - PODER EXECUTIVO ( 5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 - 5.5 )</b>	<b>1.390.689.752,56</b>	<b>5.925.765.514,47</b>	<b>(4.535.075.761,91)</b>
5.1 - Administração Direta	654.075.469,19	5.749.839.345,78	(5.095.763.876,59)
5.2 - Autarquias	862.676.115,72	178.250.828,67	684.425.287,05
5.3 - Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS	40.560.952,07	208.127.021,49	(167.566.069,42)
5.4 - Fundações	97.558.561,16	53.729.664,11	43.828.897,05
5.5 - Deduções para fins de Consolidação do Poder Executivo:	264.181.345,58	264.181.345,58	-
- Transferências Intragovernamentais	119.837.235,48	119.837.235,48	-
- Contribuições ao IPE-SAÚDE	30.767.823,12	30.767.823,12	-
- Contribuições ao RPPS	19.053.839,90	19.053.839,90	-
- Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - CDO	66.589.644,63	66.589.644,63	-
- IRRF/CPS a Recolher	19.540.923,81	19.540.923,81	-
- Consignações sobre Folha de Pagamento	8.391.878,64	8.391.878,64	-
<b>6 - PODER LEGISLATIVO ( 6.1 + 6.2 )</b>	<b>44.364.664,90</b>	<b>8.019.397,12</b>	<b>36.345.267,78</b>
6.1 - Assembléia Legislativa	37.713.946,61	5.403.083,14	32.310.863,47
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	6.650.718,29	2.616.313,98	4.034.404,31
<b>7 - PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>51.911.101,16</b>	<b>19.412.460,72</b>	<b>32.498.640,44</b>
<b>8 - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>51.218.268,36</b>	<b>11.628.718,74</b>	<b>39.589.549,62</b>
<b>9 - DEDUÇÕES PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO ( 9.1 + 9.2 + 9.3 )</b>	<b>4.542.593,82</b>	<b>4.542.593,82</b>	<b>-</b>
9.1 - Contribuições ao IPE-SAÚDE devidas pelos demais Poderes	4.159.990,55	4.159.990,55	-
9.2 - Contribuições ao RPPS devidas pelos demais Poderes	41.811,44	41.811,44	-
9.3 - IRRF e Contribuição Previdenciária Suplementar devidos pelos demais Poderes	340.791,83	340.791,83	-
<b>RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL ( II ) = ( 5 + 6 + 7 + 8 - 9 )</b>	<b>1.533.641.193,16</b>	<b>5.960.283.497,23</b>	<b>(4.426.642.304,07)</b>
<b>TOTAL ( III ) = ( I + II )</b>	<b>6.515.377.779,19</b>	<b>8.447.467.035,04</b>	<b>(1.932.089.255,85)</b>

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Nota: As Obrigações Financeiras não incluem os saldos de empenho do exercício não-liquidados inscritos nas contas de Restos a Pagar Não-

-Processados os quais são demonstrados no Anexo VI.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
<b>1 - PODER EXECUTIVO ( 1.1 - 1.2 )</b>	<b>21.852.338,08</b>	<b>101.710.046,49</b>	<b>3.847.424,17</b>	<b>220.966.232,39</b>	<b>2.016.975.122,01</b>	-
1.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	21.868.090,70	110.554.915,16	3.847.424,17	220.966.232,39	2.016.975.122,01	-
1.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	15.752,62	8.844.868,67	-	-	-	-
<b>2 - PODER LEGISLATIVO ( 2.1 + 2.2 )</b>	<b>-</b>	<b>13.991,92</b>	<b>87.400,00</b>	<b>470.933,08</b>	<b>5.428.660,63</b>	-
2.1 - Assembléia Legislativa	-	-	-	160.000,00	3.100.725,42	-
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	13.991,92	87.400,00	310.933,08	2.327.935,21	-
<b>3 - PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>818.571,04</b>	<b>6.905.001,78</b>	<b>28.481.556,51</b>	<b>197.349.506,49</b>	<b>455.702.919,37</b>	-
<b>4 - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>-</b>	<b>64.573,54</b>	<b>-</b>	<b>4.220.597,74</b>	<b>16.446.346,21</b>	-
<b>RECURSOS NO ATIVO VINCULADO ( I ) = ( 1 + 2 + 3 + 4 )</b>	<b>22.670.909,12</b>	<b>108.693.613,73</b>	<b>32.416.380,68</b>	<b>423.007.269,70</b>	<b>2.494.553.048,22</b>	-
<b>5 - PODER EXECUTIVO ( 5.1 - 5.2 )</b>	<b>39.097.325,24</b>	<b>375.914.901,16</b>	<b>22.190.261,09</b>	<b>43.312.199,74</b>	<b>(4.535.075.761,91)</b>	<b>204.346.759,50</b>
5.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	43.417.088,03	394.563.464,22	22.190.261,09	43.322.947,93	(4.535.075.761,91)	204.346.759,50
5.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	4.319.762,79	18.648.563,06	-	10.748,19	-	-
<b>6 - PODER LEGISLATIVO ( 2.1 + 2.2 )</b>	<b>24.861,59</b>	<b>2.721.040,95</b>	<b>2.084.808,65</b>	<b>13.481.107,17</b>	<b>36.345.267,78</b>	-
6.1 - Assembléia Legislativa	24.861,59	2.366.316,36	373.105,40	5.771.336,26	32.310.863,47	-
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	354.724,59	1.711.703,25	7.709.770,91	4.034.404,31	-
<b>7 - PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>-</b>	<b>6.224.868,07</b>	<b>725.674,71</b>	<b>2.573.311,67</b>	<b>32.498.640,44</b>	-
<b>8 - MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>37.033,43</b>	<b>1.662.022,72</b>	<b>4.907.376,38</b>	<b>20.037.864,92</b>	<b>39.589.549,62</b>	-
<b>RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL ( II ) = ( 5 + 6 + 7 + 8 )</b>	<b>39.159.220,26</b>	<b>386.522.832,90</b>	<b>29.908.120,83</b>	<b>79.404.483,50</b>	<b>(4.426.642.304,07)</b>	<b>204.346.759,50</b>
<b>TOTAL ( III ) = ( I + II )</b>	<b>61.830.129,38</b>	<b>495.216.446,63</b>	<b>62.324.501,51</b>	<b>502.411.753,20</b>	<b>(1.932.089.255,85)</b>	<b>204.346.759,50</b>

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JAN A DEZ/2010

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	9.549.110.222,51	47,04%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.178.707.972,73	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.569.772.574,09	57,00%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	43.437.026.558,26	214,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.484.782.385,66	233,94%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	201.103.945,46	0,99%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.465.526.256,67	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	786.825.000,00	3,88%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.247.655.459,39	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.420.849.263,48	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	502.411.753,20	(1.932.089.255,85)

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE